

Toma-se como referência histórica a Reforma Universitária de 1968, que significou, com sua implantação, uma maior adequação da Universidade ao projeto de desenvolvimento, e atendeu aos requisitos de formar recursos humanos e tecnologia voltados para a acumulação e reprodução do Capital. Mostra-se que foi a partir das mudanças provocadas pelo advento da Reforma, que se generalizou, na Universidade, a adoção da sistemática dos *Convênios*, modalidade contratual utilizada para o repasse de recursos externos à Instituição. E que coube às *Fundações de Apoio*, organismos privados criados juntos às Universidades, paralelos às suas estruturas orgânicas, a administração desses recursos. Tais instrumentos, as *Fundações de Apoio* e os *Convênios* implicam a gestão privada e o estabelecimento de "autonomia" na aplicação de recursos, o que possibilita, a determinados segmentos ou Departamentos, ampliar suas atividades com a venda de Pesquisas,

Serviços e Cursos, estabelecer formas de remuneração a adicional aos seus profissionais.

PROFESSORES ALFABETIZADORES DA REGIÃO SUL DE MINAS GERAIS: caracterização.

MARIA TEREZINHA BARUDE FERNANDES

Orientadora: Magda Becker Soares

Data da defesa: 18/05/89

Este estudo teve por finalidade a caracterização do professor alfabetizador e a identificação de sua percepção sobre o processo de alfabetização, com o objetivo específico de desenvolver uma reflexão sobre a competência desses profissionais para a alfabetização das classes trabalhadoras, e seu compromisso com essas classes.

Realizou-se uma pesquisa empírica, em que foram aplicados questionários a uma amostra constituída por setenta e nove professores alfabetizadores da rede pública estadual da Delegacia Regional de Itajubá, MG.

Verificou-se que o corpo docente da 1ª série é composto, em sua maioria, de professores jovens, solteiras, de classe social desfavorecida, que possuem apenas o curso de Magistério e quase nenhuma especialização em alfabetização. A maioria tem uma experiência de menos de seis anos como alfabetizadora, o que indica a tendência de professoras mais experientes evitarem as classes de alfabetização e, ainda, o pressuposto de que, para alfabetizar, pode ser menor o nível de experiência e competência. A situação funcional da maior parte é precária e instável, e é muito pequena sua autonomia nas decisões pedagógicas. Apesar disso, a grande maioria das professoras se declara satisfeita com a profissão, e se supõe competente, eximindo-se de responsabilidade pelo fracasso dos alunos.

As análises feitas permitiram concluir existir uma relação entre capacitação profissional do professor alfabetizador e êxito do aluno na escola, embora, evidentemente, não uma relação linear e ingênua: a competência é uma das dimensões do fazer pedagógico, mas dimensão indissociável das demais, numa perspectiva integradora da ação educacional.

Finalmente, o estudo evidenciou a necessidade de se investir na preparação de professores para a alfabetização das crianças sociais desfavorecidas.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: DE UMA REVISÃO DO CONHECER A UMA PROPOSTA DE RECONSTRUÇÃO DO SER SOCIAL.

MIRENE MOTA SANTOS TEIXEIRA

Orientador: Roberto Romano da Silva

Data da defesa: 02/06/89

Local: Faculdade de Educação da USP

Este trabalho objetiva analisar e apresentar alternativas, direta ou indiretamente, em relação aos questionamentos sistematizados ou implícitos, nas discussões sobre as múltiplas dimensões decorrentes do tema: "Fundamentos da Educação", sobretudo, a partir de sua formalização curricular na Reforma de Ensino Lei nº 5692/71.

Para abordar o problema detectado, o trabalho foi desenvolvido em dupla dimensão: uma, *histórico-conceitual*, que permitiu captar o sentido assumido e a forma de explicitação adotada para os "Fundamentos da Educação", enquanto bases e princípios que sustentaram/sustentam a educação brasileira, ao longo de sua história, e enquanto disciplina formalmente integrada no currículo destinado à formação de professores para o 1º grau: outra, *histórico-epistemológica*, com o objetivo de identificar, na área de Ciências Humanas, a construção histórica dos conceitos mencionados (especialização-Fragmentação x generalização-integração) e sua explicitação nas propostas teóricas e práticas, implementadas nos cursos de 2º Grau, destinados à formação de professor do 1º Grau.

Para dar organicidade aos aspectos que decorreram do desenvolvimento de cada uma das dimensões consideradas (*histórico-conceitual* e *histórico-epistemológica*), o conteúdo foi disposto em duas partes distintas, porém intimamente relacionadas:

PRIMEIRA PARTE: Os "Fundamentos da Educação", na formação do professor - aproximação histórica;

SEGUNDA PARTE: "Fundamentos da Educação", de uma revisão epistemológica a uma proposta ontológica.

Na primeira parte, o fio condutor é a história da educação brasileira, que é dimensionada segundo níveis (implícito, explícito e crítico) de teorização e explicitação dos "Fundamentos da Educação" nas propostas curriculares implementadas no processo de formação de professores.

Da Colônia - com a proposta jesuíta, primeira expressão formal no processo de formação de docentes no Brasil - passando pelo Império - República Velha, Nova e Contemporânea - chega-se aos dias atuais. Os aspectos que marcam a subperiodização em cada época histórica são condicionados pelas mudanças significativas nos currícula, principalmente naquilo que se refere aos seus "Fundamentos".

A partir dos anos 70, especificamente com a Lei 5.692/71, que propõe, de forma explícita, a denominação "Fundamentos da Educação I" para congregar, em termos de abordagem (psicobiológica), o que, até então, constava como disciplinas distintas: Biologia e Psicologia, e "Fundamentos da Educação II", para desenvolver as dimensões sócio-histórico-filosóficas em relação às disciplinas Sociologia, História e Filosofia da Educação. Para analisar essa proposta, foram desenvolvidos os capítulos VII e VIII respectivamente - "Fundamentos da Educação - A proposta oficial em vigor" e "Os Fundamentos da Educação na prática dos professores de 2º Grau", com o objetivo de evidenciar os principais conflitos e contradições decorrentes da grande defasagem entre as propostas oficiais teóricas e a prática dos professores de "Fundamentos". Essa defasagem, cujo encaminhamento e solução não se vinculam à simples reformulação dos currícula ou à nova proposta de "Fundamentos", tem suas raízes na própria concepção de mundo e de conhecimento vigentes na sociedade capitalista, fruto da crescente divisão do trabalho, que, por seu turno, se assenta na crença da objetividade, cientificidade e racionalização do conhecimento, decorrentes do credo obsessivo de que a conquista do estatuto científico implica a recusa de quaisquer parâmetros de teor filosófico, ético ou moral.

A segunda parte do trabalho analisa as razões dos conflitos gerados, priorizando a evolução histórica da estrutura dos conhecimentos (Ciências Humanas), que, condicionando as denominadas Ciências da Educação como "aplicações", "domínios particulares" das Ciências-Mães (História, Sociologia, Psicologia, Biologia), projetam nelas todos os problemas - fragilidade "científica, grandezas e misérias, aquisições e ignorâncias, comprovações científicas, intuições e deformações ideológicas.

Ao identificar a fragmentação e integração como as principais vertentes que têm conduzido o debate quanto às formas de operacionalização dos "Fundamentos" nas propostas curriculares, tento nominar as diversas correntes que priorizam tais modalidades. Nesse momento, identifico as abordagens positivista e neo-positivista como aquelas que priorizam procedimentos fragmentadores na apreensão da realidade, da estruturação do conhecimento e sua explicitação no currículo escolar. Por outro lado, considero, entre as abordagens integradoras:

- a) aquelas que promovem a integração a partir da base histórica;
- b) aquelas que promovem a integração fundadas numa concepção filosófica.

Tento apontar os limites, tanto das abordagens fragmentadoras, como das integradoras, tal como concebidas em relação às Ciências Humanas e suas implicações na concepção e operacionalização das propostas curriculares destinadas à formação de docentes.

Vislumbro a superação das abordagens analisadas por uma *concepção ontológica de realidade e de Educação*, que se estrutura a partir de uma nova forma de apreender e interpretar o real, considerado em sua multidimensionalidade.

A INTRODUÇÃO OFICIAL DO MOVIMENTO DE ESCOLA NOVA NO ENSINO PÚBLICO DE MINAS GERAIS - A ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO

MARIA HELENA OLIVEIRA PRATES

Orientador: Carlos Roberto Jamil Cury

Data da defesa: 27/07/89

No final da década de 20, o governo de Minas, representado por Antônio Carlos (Presidente) e Francisco Campos (Secretário do Interior), procurou introduzir no ensino elementar os princípios e práticas de movimentos educacionais que, em nível mundial, emergiram como crítica à Escola Tradicional e foram denominados Movimento de Escola Nova.

O estudo realizado procurou ver POR QUE, PARA QUE E COMO se efetivaram, na prática cotidiana da Escola Primária, as mudanças propostas.

O foco principal de pesquisa foi uma instituição, pós-normal, destinada a reciclar a reeducar, nos novos moldes desejados, uma elite dos professores já em exercício: a Escola de Aperfeiçoamento, criada em 1929.

Num ensino que se fazia pelo bê-a-bá e pela "decoreba", Escola de Aperfeiçoamento significou a "revolução" das finalidades da Educação e dos métodos pedagógicos. Nesse "revolucionar" provocado pela Escola, o estudo enfoca uma questão paradoxal: proposta de um modelo educacional moderno, defendido pelos educadores liberais da Escola Nova (e vanguarda da época) e da articulação desse modelo - pela elite dirigente - como sustentação de uma prática conservadora de dominação política.

O estudo, na tradição da pesquisa interpretativa dos fatos históricos, baseou-se em fontes secundárias e primárias. As fontes primárias consistiram de entrevistas com ex-professores e ex-alunas, trabalhos de ex-alunas, jornais da época, documentos do governo de então, revistas pedagógicas e livros editados no período, memórias que recordam as décadas de 20 e 30.

Na sua forma final, o trabalho constou de cinco capítulos, em que se tratou de Minas Gerais na República Velha, da formação dos professores primários nesse período - e, em especial, na gestão Antônio Carlos/Francisco Campos -, da emergência da Escola de Aperfeiçoamento e do contexto sócio-cultural que a envolveu, do ethos pedagógico ali vivenciado e implementado, da influência da instituição no ensino mineiro/brasileiro, e do significado histórico da educação renovada em Minas Gerais.